

Glenda Cristina Fernandes Teixeira

**O Envolvimento da Ficção na História do Período de Transição
– 25 de Abril de 1974 a 5 de Julho de 1975 – baseado na obra
«Entre Duas Bandeiras de Teixeira De Sousa»**



Licenciatura em Estudos Cabo-verdianos e Portugueses

Departamento Ciências Sociais e Humanas

2010

Glenda Cristina Fernandes Teixeira

O Envolvimento da Ficção na História do Período de Transição – 25 de Abril de 1974 a 5 de Julho de 1975 – baseado na obra «Entre Duas Bandeiras» de Teixeira De Sousa

Trabalho Científico apresentado na Unicy para obtenção do grau de Licenciado em Estudos Cabo-verdianos e Portugueses (ECVP), sob a Orientação da Prof. Mestre. Ondina Ferreira

APROVADO PELOS MEMBROS DO JÚRI:

FOI HOMOLOGADO PELO CONSELHO PEDAGÓGICO DA UNIVERSIDADE DE CABO VERDE COM REQUISITOS FAVORÁVEL AO GRAU DE LICENCIATURA EM ESTUDOS CABO-VERDIANO E PORTUGUESES (ECVP).

O PRESIDENTE

.....

ARGUENTE

.....

ORIENTADORA

.....

PRAIA, DE DE 2010

Dedicatória

Não seria possível a realização deste trabalho sem a colaboração de várias pessoa, pelo que não faria sentido deixá-los uma palavra de apreço. Por isso nesta página quero manifestar o meu profundo reconhecimento e gratidão a todos aqueles que directa ou indirectamente contribuíram para que tal fosse possível.

- À minha orientadora e professora Mestre. Ondina Ferreira, pela atenção, orientação, coordenação e motivação prestados desde o início até a efectivação deste.
- Dedico este trabalho a todos aqueles que me ajudaram a atingir à meta com sucesso, de modo particular **à minha família** e aos **amigos** pela afectividade, força, ajuda, confiança e companheirismo, reconheço quão grande é o amor e a amizade que nos une.

AGRADECIMENTOS

Agradeço em primeiro lugar à Deus, pelo dom da vida que me deu, pela sua presença constante no meu viver, pela coragem e determinação.

Gostaria de deixar aqui expressa os meus sinceros agradecimentos à minha família que me serviu de suporte durante todos esses anos de formação na cidade da Praia. No mesmo sentido e de forma particular esses meus agradecimentos vão também para a minha orientadora, Professora, Mestre. Ondina Ferreira, que apesar de muitos compromissos orientou o meu trabalho com toda dedicação, investindo em mim, pela disponibilidade de tempo, motivação, pertinência, simpatia e dignidade das suas sugestões para a concretização deste trabalho.

Estes agradecimentos são também extensivos a todos os professores do Departamento de Estudos Cabo-verdianos e Portugueses (ECVP), especialmente aos que partilharam connosco os seus conhecimentos durante todo o período de formação, particularmente a Dr.^a Arminda Brito, a Dr.^a. Fátima Fernandes, o Dr. Manuel Brito Semedo, a Dr.^a. Salomé Miranda, Dr. ^a M^a de Lourdes Lima, entre outros, pela motivação, coragem e pelo brilhante desempenho tidos na minha formação académica e profissional.

Um especial agradecimento vai também para o pai da minha filha Carlos Teixeira pela sua paciência e disponibilidade, a minha prima Suzete Gomes que nos dois primeiros anos me acolheu em sua casa de forma carinhosa.

Não menos importante, serão os meus agradecimentos a todos os colegas e amigos do curso, pela união, companheirismo, inter-ajudas, espírito de camaradagem que manifestaram no Estágio pedagógico são eles: António Miranda, Inês Landim, Maria Filomena Sanches e Suely Monteiro.

Igualmente queria mencionar aqui os nomes de alguns colegas, com especial gratidão por termos partilhado de tudo um pouco não só nos momentos de alegria como também nos mais difíceis são elas: Rosângela Garcia e Heidil Pinto.

A todos àqueles, que de forma directa ou indirecta me apoiaram neste percurso meu reconhecimento e a minha profunda gratidão. Que Deus os abençoa!

Sumário

O Envolvimento da ficção na História do Período de Transição -25 de Abril de 1974 a 5 de Julho de 1975 – O tratamento que a Imprensa deu a esse período histórico merecerá algum destaque desde que encontrados ecos disso na imprensa da época, baseada na obra literária “Entre duas Bandeiras” de Teixeira de Sousa.

Área De Investigação: Literatura comparada real/ficção, na linha do romance histórico.

ÍNDICE

Introdução	8 - 12
• Apresentação e justificação do tema	
• Pergunta de partida	
• Objectivos do trabalho	
• Metodologia Constituição do trabalho	
Capítulo I: Enquadramento da obra	13 - 22
1.1- Perfil do autor	
1.2- Sinopse da obra.....	
1.3- Contextualização do Romance Histórico.....	
Capítulo II: Momeno de transição 25 de Abril de 1974 a 5 de Julho de 1975 – O que disse a Imprensa loca.....	23 - 36
2.1- Aspectos sociais.....	
2.2- Aspectos políticos.....	
2.3- Uma amostragem da ficção do romance histórico na obra “Entre Duas Bandeiras” de Teixeira de Sousa	
2.4- As forças doutrinárias que confrontaram e dominaram o pensamento e a actuação dos protagonistas nas movimentações da época	

Capítulo III: O romance histórico: aspectos dominantes	37 - 38
Capítulo IV: A reconstrução dos diferentes conteúdos e imagens	39 - 44
4.1- Organização romanesca.....	
4.2- Relação carnaval/sátira/paródia	
Considerações Finais.....	45 - 46
Referências Bibliográficas	47 - 49
Anexos	50

INTRODUÇÃO

A narrativa literária materializa-se na obra e é de natureza essencialmente ficcional.

A narrativa não resulta apenas da necessidade ou do desejo de contar, revela-se no prazer da história sobre tudo no prazer do discurso. Faz parte da comunicação verbal que utilizamos no dia a dia. Os parâmetros que definem a narrativa dependem da sua lógica, muitas vezes confundida pela sucessividade temporal. Todo o texto pressupõe um contexto com diversas vertentes: temporais, sociais, espaciais e económicas, entre outros.

Este trabalho que pretendemos defender tem como tema O Envolvimento da Ficção na História do Período de Transição - 25 de Abril de 1974 a 5 de Julho de 1975 -, baseada na obra «Entre Duas Bandeiras» de Teixeira De Sousa e decorre do cumprimento de um requisito parcial para a obtenção do grau de Licenciatura em Línguas, Literaturas e Culturas: Estudos Cabo-verdianos e Portugueses iniciado no Instituto Superior da Educação e culminado na actual Universidade de Cabo Verde (Unicv). O objectivo do conteúdo do trabalho é descrever e analisar a época conturbada/revolucionária que se viveu durante o período de Transição.

Em seguida, passo a alegar as razões que estiveram na origem da opção do tema:

Neste sentido, na decorrência da leitura e do estudo, ao longo do curso, das obras de Teixeira De Sousa, pressentimos que no romance «Entre Duas Bandeiras», o autor relata com exímia precisão a situação vivida durante o período das negociações da independência.

Vários foram os factores que nos motivaram a enveredar pela abordagem desta temática na obra «Entre Duas Bandeiras» de Henrique Teixeira De Sousa, por se tratar de um dos maiores escritores Cabo-verdianos. Para confirmar essa admiração por ele escolhemos o período conturbado/revolucionário que aborda à sociedade cabo-verdiana durante o período das negociações da independência.

Por outro lado, Teixeira De Sousa teve um papel activo na criação da literatura cabo-verdiana, colaborando em diversas revistas cabo-verdianas e publicando vários romances e contos.

Ainda podemos dizer que a opção por esta análise tem a ver com o desejo de conhecer melhor o romance do autor, sua valorização cultural e simultaneamente prestar-lhe uma pequena homenagem pelo grande contributo dada à literatura nacional, servindo-nos também desta oportunidade para aplicar os conhecimentos adquiridos ao longo do curso. Basta dizer que é um dos mais fecundos escritores cabo-verdianos. A forma como reconstrói e caracteriza o período de transição, no tempo e no espaço, torna essa obra de ficção realmente muito interessante abrindo múltiplas perspectivas de leitura aos leitores que por ele se interessa.

Assim abriu-se para nós um campo de análise que se nos assemelhou fecundo e de interesse geral. Esta é a razão pela qual resolvemos aventurar nesta área mesmo tendo a consciência do nosso pouco domínio no campo do comparativismo, ou melhor dizendo, da Literatura comparada. Neste caso comparada à realidade histórica.

Embora Teixeira De Sousa passasse a maior parte dos seus últimos anos de vida em Portugal e estivesse identificado com aquele país, ele deve ser considerado um cabo-verdiano por descendência. As suas obras reflectem a cultura/vivência das ilhas de Cabo Verde, tanto no conteúdo como na forma».

Daí que a nossa pretensão é fazer uma breve comparação sobre esse período de transição retratado no romance «Entre Duas Bandeiras» e a realidade.

PERGUNTAS DE PARTIDA

Como é que a narrativa literária tratou os momentos vividos numa época conturbada/revolucionária com a que se inicia ao 25 de Abril em Portugal e que se prolongou em Cabo Verde até 5 de Julho de 1975?

As personagens envolvidas no enredo aderiram e reagiram bem e de imediato ao principal objectivo? Ou terá sido só após muito conflito e alguma violência?

Que tumultos sucederam no posicionamento das classes sociais do Mindelo?

A partir da identificação do tema e da construção do quadro teórico, definimos como objectivo geral deste trabalho:

- Perceber a (s) ideologia (s) e a movimentação da época a partir de leitura dos jornais, artigos e outros textos da imprensa então publicados.
- Que forças doutrinárias se confrontaram e dominaram o pensamento e actuação dos protagonistas nas movimentações havidas na época.

Ainda dentro dos objectivos é a nossa intenção especificar os seguintes aspectos:

- Verificar o limite da «invasão» do real – histórico no enredo do romance «Entre Duas Bandeiras»;
- Analisar os textos seleccionados da imprensa da época (25 de Abril de 1974 a 5 de Julho de 1975) tendo em vista a representação do real e da análise do social no romance de Teixeira de Sousa;
- Analisar os comportamentos e as personagens no quadro do real/ficção literário e numa perspectiva histórica.

Quanto a metodologia utilizada, a pesquisa bibliográfica constituirá a espinha dorsal da postura metodológica, através da leitura de alguns teóricos tais como: Carlos Reis, Victor Aguiar e Silva, Gérard Genette, Roland Barthes e António Cândido.

Seguir-se-ão, de igual modo, os pressupostos inerentes à realização de qualquer trabalho de investigação científica a desenvolver no final da etapa de licenciatura., com a selecção das teses teóricas que melhor se adequam a este trabalho.

ESTRUTURA DO TRABALHO

Introdução

- Apresentação do tema e justificação da escolha do tema
- Perguntas de partidas
- Objectivos da pesquisa
- Metodologia subjacente à pesquisa
- Estrutura do trabalho

Capítulo I – Enquadramento da obra

- 1.1. Perfil do autor
- 1.2. Sinopse da obra
- 1.3. Contextualização do Romance Histórico

Capítulo II. Momento de transição 25 de Abril de 1974 a 5 de Julho de 1975 - O que disse a Imprensa local:

- 2.1. Aspectos sociais;
- 2.2. Aspectos políticos;
- 2.3. Uma amostragem da fixação no romance histórico na obra de Teixeira de Sousa «Entre Duas bandeiras»;

2.4. As forças doutrinárias que confrontaram e dominaram o pensamento e a actuação dos protagonistas nas movimentações da época

Capítulo III. O romance histórico – aspectos dominantes

Capítulo IV. A reconstrução dos diferentes conteúdos/imagens:

4.1. A recuperação do real pela ficção no universo romanesco: diferentes mecanismos/estratégias;

4.2. Organização romanesca;

4.3. Relação carnaval/sátira/paródia;

4.4. A carnavalização social.

Considerações finais

Referencias Bibliográficas

Anexos

Capítulo I – ENQUADRAMENTO DA OBRA

Segundo Harry Shaw (1982:405), o romance sociológico é aquele que se ocupa essencialmente de problemas e questões sociais, concentrando-se mais nos factores culturais e ambientais do que nas características psicológicas dos indivíduos. Tendo em conta esta explicação podemos dizer que o romance Entre Duas Bandeiras de Teixeira De Sousa enquadra-se muito bem nesta definição de romance sociológico, isto porque foca principalmente a atenção na sociedade, nos efeitos que ela lhes produz e nas forças sociais que dominam a acção.

A obra entre Duas Bandeiras retrata o período socialmente conturbado/revolucionário que decorre entre o 25 de Abril de 1974 e a independência política de Cabo Verde, a 5 de Julho de 1975.

1.1 Perfil do autor:

Henrique Teixeira de Sousa é cabo-verdiano, da ilha do Fogo, onde nasceu a 06 de Setembro de 1919 e faleceu em Lisboa a 03 de Março de 2006, vítima de atropelamento. Licenciado em Medicina, pela Universidade de Lisboa, em 1945, no ano seguinte, o seu curriculum aumenta com os cursos do Instituto de Medicina Tropical e de Medicina Sanitária da Universidade do Porto.

Ainda em 1946-1949 ingressou no quadro de Saúde do Ultramar, tendo sido colocado em Timor como interno do Hospital Central e professor da Escola de Enfermagem. Em finais de 1949 viria a ser transferido para o seu arquipélago natal, onde permaneceu até 1954 como Delegado de Saúde da ilha do Fogo, recriando e criando ali um Hospital e uma Maternidade.

Em França (Marselha 1955/56), frequentou o segundo curso para formação de médicos nutricionistas para África ao Sul do Saara, cumprindo de imediato estágios no Hospital Bichat e no Instituto de Higiene, em Paris. Foi nomeado no mesmo período, médico adjunto da Missão Permanente de Estudos e Combates de Endemias de Cabo Verde e Presidente da Comissão de Nutrição, reunida em Luanda.

Participou nos anos seguintes com designação oficial, nos Congressos de Paludismo e Medicina Tropical (Lisboa, Setembro de 1958) e no Seminário de Nutrição, reunido em Lwiro (antigo Congo Belga), em Maio de 1959.

Durante cinco anos (1960-1965), assumiu a presidência da Câmara de São Vicente. Em 1973 foi nomeado adjunto do Chefe da Repartição de Saúde e Assistência do Barlavento em Cabo Verde.

Em 1974, desgostoso com as perseguições e os insultos feitos pelos membros afectos ao PAIGC embarcou para Portugal com a família onde passou a residir desde então e até à sua morte.

Teixeira de Sousa é considerado hoje um dos maiores romancistas e contista da nossa literatura. Pertencente a corrente literária Neo – Realismo que tantos e bons romances e

contos trouxeram à literatura portuguesa e cabo-verdiana, Teixeira de Sousa frequentou em Lisboa e enquanto o seu tempo de estudante de Medicina tertúlias literárias, onde pontuavam nomes como: Branquinho da Fonseca, Fernando Namora, Alves Redol, Manuel da Fonseca e muitos outros nomes de referência na literatura portuguesa do século XX.

Autor de romances emblemáticos, o ficcionista Teixeira de Sousa deixou-nos igualmente uma colectânea de contos considerada uma autêntica “jóia” dentro do género de narrativas curtas que são contos da colectânea do «Contra Mar e Vento». Nas palavras de Ondina Ferreira *«Os contos nela inseridos são delicadas e deliciosas narrativas, autênticas filigranas da arte ficcional crioula em que o contista aliou à mestria na arte de contar, uma profunda sensibilidade, um enorme humanismo, num grande texto de uma rara beleza poética no delinear das suas personagens, no escutar e no fazer entender do leitor as motivações que as levam a agir num determinado sentido – porque não poderia ser de um outro modo – e que lhes condicionam o estar e o ser no mundo. Esse mundo, o mais das vezes, bem hostil, em que a negação de amor ao próximo, a recusa do pão, é partes evidencia de um conjunto, por vezes violento, física e psicologicamente, de um desvio perverso do próprio sentido cristão da vida. Das histórias narradas na fascinante colectânea que é Contra Mar e Vento, distingo Menos Um, Dragão e Eu, A Raiva, Contra Mar e Vento, apenas e tão – somente para me cingir, numa opinião de leitora, aos textos que considero os mais belos momentos construídos e conseguidos do conto nacional. Contos com um forte suporte memorialista, histórias reportadas à infância e à juventude dos seus fabulosos narradores e das não menos fabulosas personagens. Neles o leitor facilmente se apercebe de alguma bibliografia discreta e maravilhada num redescobrir do autor, pela sua pena, a ilha natal e a idiossincrasia peculiar da sua gente de então.*

Entre as duas ilhas, Fogo e São Vicente e, se preferirmos mais particularmente, nas duas cidades, a de S. Filipe e a do Mindelo é que avultam – em simultâneo – os espaços de eleição para a tessitura dos enredos, e o criador de grandes romances, densos e emblemáticos, com narrações e diálogos, históricos e temporalmente contextualizados. Desses belíssimos romances, distingo, como pertencentes ao ciclo do Fogo: Ilhéu de

Contenda, Xaguate, Na Ribeira de Deus. Como pertencentes ao ciclo de São Vicente, figuram os romances: Capitão de Mar e Terra, Dgunga, e Entre Duas Bandeiras. Todos eles são narrativas emblemáticas das duas sociedades – a foguense e a mindelense – romances que também parecem ser, em certa medida e com particular enfoque, para os do ciclo de S. Vicente, uma espécie de tributo do autor à galeria dos tipos humanos que povoaram as duas cidades, com incidência e particular realce na cidade do Porto Grande, dos homens da terra, notáveis intelectuais em cujo recorte e reflexões produzidas se inscreveu a mais significativa herança cultural e a que mais substantivamente caracteriza a caboverdianidade.»

Segundo Glória de Brito «O romance de ficção «Entre Duas Bandeiras» de Teixeira de Sousa toma como contexto espaço – temporal: São Vicente, mais precisamente a cidade do Mindelo cuja acção decorre entre o 25 de Abril de 1974 e a independência política de Cabo Verde, em 5 de Julho de 1975, ou seja a transição entre o depor da bandeira portuguesa e o hastear da do PAIGC.»

Assim abriu – se para nós um campo de análise que se nos assemelhou fecundo e de interesse geral. Esta é a razão pela qual resolvemos aventurar nesta área mesmo tendo a consciência do nosso pouco domínio no campo do comparativismo, ou melhor dito, da Literatura comparada. Neste caso comparada à realidade histórica.

4.Obras publicadas

- Contra Mar e Vento. Contos (1972)
- Ilhéu de Contenda (1978)
- Capitão de Mar e Terra (1984)
- Xaguate (1987)
- Djunga (1990)
- Na Ribeira de Deus (1992)

- Entre Duas Bandeiras (1994)
- Oh Mar das Túrbidas Vagas (2005)

1.2 Resumo/sinopse da Obra Entre Duas Bandeiras

Nome da obra: Entre Duas Bandeiras

Autor: Henrique Teixeira de Sousa

Género – Romance

Discurso narrativo:

- Acção: a intriga desenvolve-se à volta da movimentação política/social criada com a perspectiva da independência das ilhas.
- Personagens (principais, secundárias e figurantes): Gaudêncio Pereira e Mirandolina, Dr. Vicente, Prof. Herberto, Tói, Palapinha, D. Maria de Lourdes, Sr. Chantre, figurantes dos grupos carnavalescos, figurantes das salas dos bailes populares; dos passeantes da Praça Nova e dos comícios políticos.
- Espaço: cidade do Mindelo, ilha de São Vicente.
- Tempo cronológico: 1974/75

1.3 Contextualização do Romance Histórico

Das várias definições de Romance Histórico encontradas quer em manuais, quer em dicionários, quer ainda na «NET», permitiram-me seleccionar alguns que a seguir apresento, por me parecerem mais adequadas ao caso em análise.

É deste assunto que este capítulo pretende ocupar-se embora com as limitações decorrentes da natureza do trabalho e dos limites do interesse pontual sobre o mesmo assunto.

O romance histórico é numa *definição* muito genérica: “*o que mistura história e ficção.*” São considerados romances históricos obras como «*Ivanhoe*», de Walter Scott, «*Os Três Mosquiteiros*», de Alexandre Dumas, «*Eurico, O Presbítero*», de Alexandre Herculano, «*Guerra e Paz*» de Leon Tolstói, e «*Viagens na Minha Terra*» de Almeida Garrett, serão exemplos bem ilustrativos deste tipo de género narrativo.

Assim, alargando e pormenorizando o entendimento, transcreveria a seguir o que retirei de consultas feitas sobre o que compõe o romance histórico: *articula uma oposição entre um plano público ou histórico (definido seja pelos costumes, acontecimentos, crises ou líderes) e um plano existencial ou individual, denotado pela categoria narrativa que denominamos personagens. A arte do romance histórico consiste na habilidade com que essa intersecção é configurada e exprimida, em uma invenção singular que se produz de modo imprevisto em cada caso.*

Outra abordagem que me fez situar, de alguma forma, a verdadeira dimensão do romance histórico é a trazida por Miguel Real e que nos diz: «*o romance histórico possui um fim em si mesmo – o prazer estético da escrita e da leitura, adicionado ao conhecimento da História. Não serve nem para reconstruir a História, nem para reinterpretar a História, nem para ensinar a História.*

O paradoxo do estatuto do romance histórico reside na ambiguidade de ser uma narrativa simultaneamente verdadeira e falsa (ficção). O romance histórico não reinterpreta ou reconstrói a História segundo um ditame de verdade – tal como fora pensado na primeira metade do século XX. A sua função consiste em abrir um horizonte estético e lúdico às possibilidades contidas na História, fazendo eco das múltiplas verdades e das múltiplas perspectivas por se desenrolam os factos, algumas delas nunca acontecidas.

Neste sentido, afastam da definição de romance histórico termos limitadores como: “fidelidade”, “verdade aproximada”, “reprodução” ou “reconstituição”, “dados rigorosamente históricos”... Ainda que o romance histórico possa comportar essas categorias, eminentemente científicas, os seus sentidos primeiro e último, e portanto, a sua definição estatuída, envolve sobretudo um fim estético. O romance histórico não se estatui como uma mimêsis da narrativa histórica e científica, mas sim sua iluminação ficcional. Isto é, o romance histórico não reconstrói a história segundo um ditame de verdade; diferentemente, ilumina a história, evidenciando as possibilidades reais contidas numa época ou numa dada sociedade, tenham ou não acontecidas.

Faz parte do estatuto paradoxal do romance histórico mimetizar e canibalizar as categorias e modalidades da narrativa científica da história, evidenciando – se como discurso verosímil no campo da ciência. Aqui reside tanto o máximo de ironia do romance histórico quanto a consciência da subjectividade (estética, história) como elemento fundamentador do romance histórico. Neste sentido, não existem limites ficcionais para o romance histórico, seja enquanto narrativa verosímil sobre a história (antigo estatuto do romance histórico), seja enquanto narrativa que trabalha a partir da concepção estética do tempo como “totalidade incôscio” (“o tempo é todo um,”, segundo a lição de José Saramago). Na primeira concepção, o limite máximo para o romance histórico reside no “anacronismo”; na segunda e actual concepção, não existem limites epistemológicos, apenas a sabedoria (e o talento) de harmonizar esteticamente factos e personagens de culturas e épocas diferente».

Rezam os documentos que foi durante o Romantismo, no início do século XX, que surgiu o romance histórico, tal como o entendemos hoje.

Cedo se celebrizou com obras como: «Ivanhoe», de Walter Scott; «Os Três Mosquiteiros», de Alexandre Dumas; «Eurico, O Presbítero», de Alexandre Herculano; «Guerra e Paz», de Leon Tolstói; «Viagens na Minha Terra» e «Frei Luís de Sousa», de Almeida Garrett. Acima já referenciadas.

Outro importante depoimento sobre romance histórico é o que afirma o filósofo húngaro Lukács dizendo que este não *«exige a colocação da diegese em épocas históricas remotas, como uma estratégia narrativa capaz de reconstruir com minúcia os componentes sociais, axiológicos, jurídicos e culturais que caracterizam essas épocas»*.

Também nas palavras de Mário Maestri encontramos o seguinte: *«Tradicionalmente, o historiador viu o romance histórico como leitura impertinente de um passado possível de ser desvelado apenas através dos instrumentos da historiografia e jamais com a fantasia arbitrária do ficcionista. No máximo, para essas interpretações, o romance histórico seria uma ficção do passado incapaz de aproximar-se de suas singularidades profundas»*. (Fim de transcrição)

Já Maria Teresa de Freitas explica a aliança existente entre a ficção e a História no Romance Histórico ao afirmar: *«no romance histórico, o narrador serve-se de património cultural pré-existente, hipoteticamente comum a ele e aos leitores, não podendo, portanto, violentá-lo, ao bel-prazer. Regra geral correcta, essa informação peca por relativismo, ao reduzir a necessidade de respeito ao património historiográfico dominante e não à essencialidade do facto»*.

No romance histórico, o autor e o narrador são obrigados a animar os protagonistas ficcionais – seres aparentemente individuais e singulares – de tal modo que vivam, amem e odeiem em conformidades com as tendências reais do passado, a fim de que se elevem ao status de personagens singulares e universais.

A produção do romance histórico dá-se sobretudo a partir do conhecimento historiográfico da época, em geral, produto da documentação e das interpretações das elites do passado, tratadas sob a hegemonia das elites do presente. O romance histórico que expressa artisticamente, concepções de mundo e, portanto, preconceitos, das elites da época a que se refere, constitui uma expressão de visões objectivas do período abordado, ainda que alienada. Estabelece uma ligação, mesmo que ténue, com o passado, ao afirmar e expor, através de suas falas e silêncios, o que nega e esconde».
(Fim de transcrição)

Estou em crer que a configuração do romance de Teixeira de Sousa, «Entre Duas Bandeiras», se aproxima também deste conceito formulado por Maria Teresa Freitas, uma vez que ele (o escritor) aproveitou-se da época histórica realmente acontecida e com a vantagem do mesmo (o autor) a ter presenciada e vivenciada localmente, Mindelo, onde ele reescreve a sua ficção. (Mindelo, Cabo Verde 1974/1975).

De igual modo, «Entre Duas Bandeiras» não deixa de estar englobado, no conceito de romance histórico explanado por Miguel Real

Para finalizar o conceito de romance histórico, fecharíamos este capítulo com uma definição retirada do Dicionário de Narratologia, do conhecido especialista em Literatura o Prof. Carlos Reis e a co-autora, Ana Cristina M. Lopes que diz que é possível entender o **romance histórico** antes de mais numa acepção muito ampla que é a proposta por A. Halsall: «*um romance histórico é um género narrativo que afirma a coexistência, num mesmo universo diegético, de eventos e de personagens históricas e de eventos de personagens inventadas*» (Halsall, 1988:271). Impõe-se saber, entretanto, como funciona essa coexistência; e neste aspecto certas categorias da **semântica ficcional** (v. **ficcionalidade**) revelam-se decisivas. Assim, diremos que o **romance histórico** é um tipo de narrativa ficcional em que, de maneira evidente, se manifestam as chamadas **modalidades mistas de existências** (cf. Woods, 1974; 41-42); o que significa que personalidades, eventos e espaços que conhecemos ou podemos conhecer como **histórico** (D. Afonso Henriques, o Convento de Mafra ou a batalha de

Waterloo) coexistem com personagens, eventos e espaços ficcionais.» (Fim de transcrição)

Creio que melhor definição, para fechar este capítulo e alargar o entendimento sobre o romance histórico pode ser encontrada nesta explicação de Carlos Reis.

Com efeito, ele supõe a coexistência perfeita, sem conflitos (desde que aplanados e esbatidos) na organização do romance entre os episódios históricos propriamente ditos e os episódios e personagens da ficção.

CAPÍTULO II

Momento de Transição 25 de Abril de 1974 a 05 de Julho de 1975 – O que disse a Imprensa local

➤ **2.1- Aspectos sociais**

Iremos aqui transcrever o que de mais relevante nos informa a imprensa durante o período de transição, e do que mais relevante nos dá a conhecer em matéria dos momentos que marcaram este mesmo período. Para tal faremos um «apanhado» dos textos de noticiários, de comunicados e de artigos escritos que na época foram publicados, com o intuito de trazer alguma maior valia histórica para este trabalho.

Começamos por ordem cronológica a análise de alguns artigos que foram publicados no jornal *O Arquipélago – suplemento nº 611, ano XII*, assim, o artigo intitulado: «*Momento Político Nacional*», publicado aos 27 dias do mês de Abril de 1974, traz até nós o facto que originou a queda do Governo, de Salazar/Caetano facto este conhecido como Movimento das Forças Armadas que teve lugar no dia 25 de Abril do ano em

questão. O poder fica entregue a uma Junta de Salvação Nacional, presidida pelo General António Spínola que, assume os compromissos: *de garantir a sobrevivência da Nação como uma Pátria soberana no sentido pluricontinental, promover a consciencialização dos portugueses, garantir a liberdade de expressão e pensamento, em ordem acelerar a constituição das associações cívicas que terão de polarizar tendências a facilitar a livre eleição por sufrágio de uma Assembleia Nacional constituinte e a seguinte eleição do Presidente da República*, entre outros.

Já o suplemento nº 612, do dia 2 de Maio do mesmo ano, «*traz um comunicado do Governo da Província, onde este agradece à população de Cabo Verde pelo civismo demonstrado durante as manifestações comemorativas do Dia do Trabalhador que teve lugar na ilha de Santiago. Mas nem tudo correu da melhor forma visto que, alguns aproveitaram-se deste momento para realizar actos de condenáveis delitos como: ameaças, agressões pessoais e contra as propriedades que foram remetidos ao Ministério Público, o que levou a intervenção da PSP e fez com que o Governo da Província interviesse deixando bem claro que está firme e decidida na disposição de utilizar todos os meios disponíveis, para a preservação da ordem e tranquilidade e salvaguarda da integridade das pessoas e bens*». Ainda um outro artigo que se intitula «**AMNISTIADOS PELA JUNTA DE SALVAÇÃO NACIONAL FORAM ONTEM POSTO EM LIBERDADE OS PRESOS POLÍTICOS** que se encontravam no Tarrafal noticiava as desculpas aos presos políticos que se encontravam detidos no Tarrafal». É de realçar também que «*a notícia de que os informadores da PIDE – antigo D.G.S., foram libertos, não corresponde à verdade, a Rádio difunde um comunicado do Comandante Militar de Sotavento, esclarecendo que o autor da referida notícia era um doente mental e que o mesmo foi remetido para um estabelecimento de tratamento adequado*».

No Suplemento, publicado no dia 7 de Maio, vinha na primeira página o título “*Independência imediata e absoluta de Cabo Verde pedida num comício*”.

O nº 3 de 9 de Maio de 1974, vinha a descrição das comemorações do 1º de Maio, que deu lugar a sucessivas manifestações populares. Este dia foi decretado feriado nacional

em homenagem ao trabalhador. Nestas manifestações estavam visíveis os cartazes onde ditavam as seguintes palavras de ordem: «*Viva a Liberdade!*», «*Viva o General Spínola!*», «*Viva Portugal!*», «*Viva Cabo Verde!*», «*Abaixo o Fascismo!*», «*Abaixo a Inflação!*», «*Fora a PIDE/DGS!*», os manifestante dirigiram rumo à Praça Estrela, onde foi hasteada a Bandeira Nacional com a fotografia de Amílcar Cabral.

Ainda neste mesmo nº do «Suplemento», houve lugar para esclarecimentos acerca da independência desejada, em que a «*Junta Nacional veio assegurar que no caso de as negociações levarem à independência seriam tomadas todas as providências necessárias contra as perseguições. O General Costa Gomes garantiu que as Forças Armadas iriam proteger as minorias brancas e as maiorias étnicas, para que não acontecesse o que aconteceu no começo da guerra no Congo*».

Também um comentário deixa claro aos cabo-verdianos que, «*o destino de Cabo Verde está nas mãos de todos, que o destino que estas ilhas poderão seguir depois do plebiscito terá de ser definido pelo resultado da soma algébrica das decisões de cada um eleitores. Nenhum grupo ou partido tem o direito de impor a sua opinião por qualquer sistema de coação física ou moral, como por exemplo, destruições e campanhas de boatos e ameaças que, metodicamente organizadas, criam a sensação de algo que na realidade não existe.*»

É ainda do mesmo jornal do dia 23 de Maio de 1974, um comunicado que nos dá conta que na cidade da Praia havia um «*grupo de naturais de Cabo Verde, que estava a provocar elementos da população mais precisamente os membros das Forças Armadas, e da P.S.P, com insultos e agressões. Foi neste sentido que o Governo da Província interveio com o objectivo de consciencializar o povo que só conseguiriam gozar dos benefícios da liberdade num clima de harmonia e tranquilidade, mas infelizmente isso não aconteceu*».

➤ 2.2- Aspectos políticos

De acordo com alguns textos retirados do livro: «A Imprensa Cabo-verdiana 1820-1975», de João Nobre de Oliveira, podemos constatar que *«as actividades de propaganda a favor do PAIGC, iniciaram-se numa 1ª fase com os estudantes liceais e depois com os universitários vindos de Portugal. O PAIGC ao aceitar as tréguas por parte de Portugal, conseguiu negociar e ver reconhecida a independência de Guiné e a autodeterminação de Cabo Verde»*.

Posteriormente, com o incentivo do ministro da Coordenação Interterritorial Almeida Santos, *«fundaram partidos que iriam participar na democracia que estava a nascer, mas logo são confrontados com os gritos da independência e a perspectiva de um regime de partido único, que vai defender uma ligação de Cabo Verde ao Portugal. Sendo assim, para os partidos que defendiam a democracia o PAIGC, é visto com um inimigo a ser combatido»*.

Com a pressão política, agora exercida por elementos afectos e que actuavam em nome ao PAIGC; o líder da UDC, João Baptista Monteiro e os seus companheiros tiveram que abandonar Cabo Verde, da mesma forma que alguns intelectuais como Baltasar Lopes da Silva e Henrique Teixeira de Sousa, optaram por ficar mas mantendo-se em silêncio, tal como o líder da UPICV Leitão da Graça, de modo, a evitar que fossem presos assim como aconteceu com outros.

De forma directa ou indirecta o PAIGC assumiu-se como única força dirigente legitimada pelas circunstâncias, iniciando assim, todo controlo das pessoas e das instituições locais. Este controlo acontecido, ainda antes da declaração da independência, teve contornos de perseguição a outros patrícios que pensavam o problema político cabo-verdiano diferentemente dos mentores e dos afectos ao Paigc. Durante esse tempo igualmente em nome dele se tomou de assalto a Rádio Barlavento

(que era uma agremiação privada) com o objectivo de silenciar todos os meios de comunicação que não lhe fosse afecto numa terra que iria se tornar independente. Daí que o combate escrito passou a ser o principal veículo de circulação, através de panfletos não assinados.

Tendo em conta o artigo publicado no jornal «O Arquipélago», aos 9 dias do mês de Maio de 1974, este informa-nos de um comício que teve lugar na vila de Assomada, actualmente elevada a categoria de cidade, comício este que foi dirigido pelos seguintes oradores: David Hopffer Almada, e os Srs. Aleixo de Pina, Manuel Braga Tavares e Pedro Rolando Martins. Neste comício foi pedido a independência de Cabo Verde e apelaram para o povo no sentido de se unirem para atingir tal objectivo, tendo sempre em conta a ordem e o espírito do programa do PAIGC.

Sequentemente, no dia 16 de Maio do mesmo ano, sai mais um número do jornal «O Arquipélago», informando sobre mais um comício, que se realizou no dia 11 de Maio de 1974, no Cine Teatro-Municipal e que foi presidida pelo Engenheiro Manuel Rodrigues. Tinha como objectivo: *«tecer algumas considerações sobre a independência imediata de Cabo Verde», «apelou pelo esforço de todos sem diferença de raça e de cor, para consecução da Independência Nacional»; «em seguida o professor do Liceu José Luís Fernandes, faz uma análise das potencialidades de Cabo Verde, destacando os sectores da agricultura, indústria, comércio, exploração mineira, etc. Tudo isso com o objectivo de demonstrar que Cabo Verde tem possibilidades de sobreviver e desenvolver como um país livre e independente. Termina assim, dando vivas ao PAIGC e a Amílcar Cabral».*

No mesmo número do jornal de 16 de Maio de 1974, David Hopffer Almada vai dar resposta a duas questões que estavam a preocupar a população: *«Quanto ao 1º ponto – a questão dos metropolitanos – o Dr. David Hopffer Almada diz que Cabo Verde independente terá as portas abertas para todo aquele que quiser trabalhar para o progresso e dignificação do homem e que lute contra a exploração do homem pelo homem, contra o colonialismo e o imperialismo.*

Salientou também que Cabo Verde não será de pretos, mulatos ou brancos, mas do povo de Cabo Verde independente da cor e ou da origem, pois o programa do PAIGC é contra toda a discriminação racista ou nacionalista.

Quanto a 2ª questão – a questão da religião – o mesmo Dr. Disse que num Cabo Verde independente, como propugna aliás o gloriosa PAIGC vigorará o princípio da liberdade de ter ou não ter religião, sem preferência do Estado por uma ou por outra, lendo algumas passagens alusivas do PAIGC.» Ainda houve tempo para que o professor José Luís Fernandes, «usasse a palavra em crioulo para abordar o problema da cultura cabo-verdiana a todos os níveis, salientando as diversas influências que o colonialismo exerceu sobre a cultura cabo-verdiana, mas sem se esquecer que a nossa base cultural no seu todo, não se confunde nem se contrapõe à cultura portuguesa e terminou apelando ao povo pelo progresso e desenvolvimento da Cultura Cabo-Verdiana e Africana. A terminar, o presidente da mesa, Eng. Manuel Rodrigues, anunciou a realização de uma manifestação ordeira e silenciosa em que os manifestantes empunhariam as bandeiras e cartazes do PAIGC e percorreriam as ruas da capital.»

No mesmo período do ano de 1974 no que diz respeito à UPCVI, este não se tem mostrado muito activo, pelo simples facto de que advoga a independência de Cabo Verde separada de Guiné, «argumentando que o problema do futuro de Cabo Verde deve ser discutido e resolvido pelos próprios cabo-verdianos e que devem combater a ingerência das duas maiores potências (EUA e União Soviética)», isto segundo o líder do partido Leitão da Graça.

«No que toca a problemática da independência de Cabo Verde, os representantes do Governo português e do Partido Africano para a Independência – PAIGC – dão continuidade as reuniões iniciadas onde abordam o importante problema histórico da independência da Guiné e das ilhas de Cabo Verde, que se encontra a mercê de um acordo que só será anunciado ao público no momento em que chegarem as conclusões finais».

Convinha aqui fazer um pequeno parêntesis e comentar que se viviam momentos de grande agitação e turbulência nas ruas quer da cidade da Praia, quer da cidade de Mindelo. Um dos pontos tidos por “dogmáticos e sagrados” pelo Paigc era a questão da Unidade Guiné/Cabo Verde, considerando inimigos e alienados os cabo-verdianos que pensassem ou sobre isso opinassem de forma contrária à dele, isto é, cada independência separadamente uma da outra. Tratava-se de um ponto bem controverso que dividiu os cabo-verdianos, a par da questão do partido político ser um único, o PAIGC e de este não permitir a existência de qualquer outro agrupamento político/partidário, quando já existia a UDC (União Democrática Cabo-verdiana).

Fecha-se o parêntesis e retoma-se a questão em análise, dando a palavra ao escritor Teixeira de Sousa que tece algumas palavras sobre o 25 De Abril de 1974, Afirmando que: *«penso que o momento político é fruto de uma longa e progressiva consciencialização do povo português, manejado durante décadas por um bando todo-poderoso, dispondo do destino do país a seu belo talante.»* De seguida faz um balanço do período onde diz *«Assim terminou no passado 25 de Abril um dos últimos redutos do fascismo europeu, graças a intervenção heróica das Forças Armadas que o general Spínola soube concitar para tão extraordinária empresa de carácter cívico. O passo acabado de dar é na realidade, um passo importantíssimo para uma reestruturação política, social e económica mais consentânea com as ambições actuais.»* Ainda Teixeira de Sousa fala-nos dos propósitos de acção divulgados pela Junta de Salvação Nacional *«A libertação imediata de todos os presos e políticos e o regresso dos exilados à sua pátria são já um bom começo para a reconstituição da família portuguesa. A extinção da odiosa D.G.S., sucedânea da não menos execranda P.I.D.E., constitui uma das medidas mais simpáticas da Junta de Salvação em ordem a sanear a violência e a prepotência do regime anterior. A extinção das restantes organizações fascistas, constitui igualmente medida de grande envergadura para a modificação da mentalidade monolítica de determinados sectores. Quanto aos propósitos, acho-os tão progressivos que, Portugal em breve se transformará num dos países mais avançados em matéria de estruturas democráticas.»* Para finalizar o seu depoimento Teixeira de

Sousa, estabelece uma comparação entre Chile e Portugal dizendo que «com Portugal vai acontecer coisa idêntica. Os adeptos do Estado Novo hão-de infiltrar-se nas hostes progressivas e fazer todos os esforços para derrubar esta terceira república, da mesma forma que os monárquicos haviam feito cair a primeira república, provocando indirectamente a série de revoluções da década de 20.»

«As relações diplomáticas entre Portugal e a U.R.S.S. contribuíram para a promoção da segurança e de uma paz duradoura, bem como para a cooperação na Europa e no mundo em geral, o que prova que a União Soviética deposita confiança no actual regime português, nomeadamente no que diz respeito a descolonização dos territórios africanos».

Mais tarde, o jornal «O Progresso», que veio a substituir o único jornal da época «O Arquipélago», traz até nós a notícia da tão esperada independência. O primeiro número abre com uma mensagem do então “Camarada Secretário-geral do PAIGC” *«começamos a viver os primeiros instantes do dia grandioso da nossa Independência Nacional. Dentro de algumas horas o nosso país renascerá como um Estado soberano, passando a ocupar o lugar a que tem direito na comunidade das Nações livres e independentes.»* E continua o discurso, exaltando os considerados heróis da luta pela independência no quadro da unidade da Guiné e Cabo Verde, formalizando no discurso a ideia que os comícios do seu partido já propalavam de que o PAIGC era o único agrupamento político com direito à existência legal, pela legitimidade dada na guerra classificando-o como: *«luz e guia do nosso povo na Guiné e em Cabo Verde»*. Tudo isso, isto é a ideia de que o PAIGC era o único e absoluto viria a ser consagrado mais tarde em 1976, em forma de lei, no célebre Artigo 4º da primeira Constituição do país.

Para finalizar o capítulo sobre alguns ecos da imprensa escrita, dos discursos e dos comícios, então populares na época, acrescentaríamos que essa agitação, esse processo de condução pré-independência assumida pelos militantes e afectos activos do PAIGC na altura, configuraram o “espírito” e o ambiente que se viveu nos anos de 1974, a partir do 25 de Abril e o ano de 1975 até à proclamação da independência das ilhas.

Era assim, ou melhor, foi assim que uma certa imprensa local viu e analisou as questões que se iam pondo, naquele tempo agitado e à medida que se aproximava a data da independência nacional.

De alguma forma e agora recriada em ficção, «Entre Duas Bandeiras» transmite ou, procura transmitir ao leitor, o ambiente histórico e social do tempo, dando-lhe “cor local” e verosimilhança, recontando e transfigurando alguns dos mais importantes episódios do tempo.

2.3- UMA AMOSTRAGEM DA FIXAÇÃO DO ROMANCE HISTÓRICO NA OBRA DE TEIXEIRA DE SOUSA «ENTRE DUAS BANDEIRAS»

Para a leitura que se pretende realizar, interessa compreender o modo como o autor nos põe a par do drama da independência, onde um grupo de indivíduos/personagens estão unidos pela causa e a favor dela e outros, situando-se ora contra, ora contra a modalidade (no quadro da unidade Guiné – Cabo Verde) como era a proposta do Paigc. E tudo isto centrado todos num só espaço e num tempo determinado. É dessa turbulência, é desse barulho político e dos seus ecos que nos dá conta o romance de Teixeira de Sousa, transpondo-os para a ficção

Passamos agora, à apresentação/amostra de algumas passagens da obra que fazem coincidir a ficção e o romance histórico na obra intitulada “Entre Duas Bandeiras”.

«Vinhã ler a "presse," captar novidades, conversar uns com os outros acerca do destino político de Cabo Verde. Acham uns que as ilhas deveriam permanecer portuguesas, uma vez que haviam sido achadas e povoadas pelos portugueses. Outros opinavam que a velha ideia de adjacência, como a dos Açores e da Madeira, seria o estatuto correcto. Outros ainda, que o caminho mais justo seria o de autonomia administrativa sob a soberania portuguesa. Ninguém simpatizava com a tese de independência total. O arquipélago era demasiado pobre para aspirar a Estado independente. Sem uma economia auto-suficiente, seria uma independência indefinidamente dependente de ajudas internacionais. Cabo Verde, Estado mendigo, não se coadunava com o grau da sua evolução civilizacional.» Pág.21, Cap. 3

«Duma das sacadas do edifício, o altifalante vomitava marchas e palavras de ordem para separar os discursos que se iam fazendo. A dada altura, alguém pôs-se a reclamar a presença do Professor Herberto Ramos, homem de bom aviso e palavra fluente.

- We want ti Herber. We want ti Herber. We want ti Herber.

Dois homens agarraram o Dr. Herberto e levaram-no aos ombros até lá acima, ao salão nobre.

- Atenção, camaradas, atenção, povo, o ti Herbert vai falar.

A figura respeitável do professor assomou ao varandim de microfone em punho.

-A hora que estamos vivendo é uma hora de resgate, é uma hora de recompensa. É hora de resgata porque nela e com ela estamos resgatando um passado que nos foi extremamente penoso. E foi também um passado de silêncio. E silêncio não é só não podermos falar. Silêncio é também sofrer e não podermos manifestar as ideias mais elementares, mais cívicas e justas. Resgate, ao mesmo tempo recompensa, porque este movimento nos paga de muita injustiça e nos paga também daquilo pelo qual e não temos lutado silenciosamente. A luta não se trava sempre ostensivamente. Há muitas formas de lutar. Quando não se pode lutar abertamente, por motivos de barreiras e

pressões intransponíveis, também é lutar, adoptando uma vida digna, uma vida de interiorização, de procurar estruturar o pensamento para que quando a força bruta passar, podermos ficar inteiros, de cabeça fresca e coração lavados (soaram algumas palmas e vozes, Muito bem). Só isso é que tornou possível este momento que estamos vivendo (alguém gritou por um megafone Glória aos heróis da Pátria que morreram na luta armada).

Está-se comemorando o dia do trabalhador. Trabalhado somos todos nós. E, precisamente por sermos todos trabalhadores, é que precisamos, em face dos imperativos que apropriada situação impõe, precisamos, dizia, e honestamente, fazer um exame de consciência e ver se temos dado aquilo que podemos dar. Podemos dar muito mais daquilo do que supomos ser a média do nosso rendimento. Creio que estou suficientemente habilitado para compreender a situação do trabalhador desta terra, desta terra de Cabo Verde. Posso dizer, este é um povo que tem fome de justiça (vozes, Muito bem, muito bem). Justiça é também criar condições que permitem desenvolver todas as nossas potencialidades. Infelizmente, não tem sido só o povo de Cabo Verde que tem sido vítima dessa injustiça. É um fenómeno universal. Já foi aqui, nesta hora, chamada a atenção para a comunhão do trabalhador cabo-verdiano com o trabalhador de todo o mundo. E assim deve ser. Nós não devemos pensar apenas em termos campanário, nós de Cabo Verde (Apoiado, muito bem, independência já, independência já).» Pág. 25-26, Cap. 4

Os fragmentos ou excertos do romance aqui transcritos, pretendem transmitir ao leitor, a «cor local» e o «ambiente social e histórico», de que nos referimos já.

Noutro capítulo do romance, no caso, o capítulo 9, páginas 46 à 49, fala-nos do surgimento da epidemia da cólera e das medidas que o *Dr. Vicente* tomou no sentido de combater tal epidemia, mas não foi bem sucedido, visto que a cólera continuou a alastrar-se por outros bairros. A situação veio a agravar-se o que fez com que o *Dr. Vicente* requisitasse as instalações da PIDE que foi transformada em um pequeno hospital.

Podemos dizer que se tratou de um momento difícil. A então Rádio Barlavento teve um papel importantíssimo, uma vez que se serviam dela como meio de fazer chegar à população os resultados e formas de combater/erradicar a calamidade. Para o desespero tanto da população como do “*Dr. Vicente, director do hospital, os serventes e enfermeiros*” resolveram entrar em greve, reclamando aumento dos seus salários e redução da carga horária.

Interessante é que aqui houve perfeita coincidência entre um evento historicamente vivido em S. Vicente em 1974 e a recriação do mesmo evento com personagens e episódios transpostos no romance. Quem sabe se o “*Dr. Vicente*” transfigurado é certo em personagem de ficção não será o alter-ego do médico Teixeira de Sousa, autor do romance?

O pomo da discórdia surge na realidade quando, as autoridades sanitárias da ilha enviam à Rádio Barlavento comunicados estatísticos da progressão da epidemia, mas ao mesmo tempo a tranquilizar a população de que a situação estaria controlada. O que os elementos locais do PAIGC não queriam e nisso achavam que a Rádio Barlavento estava ao serviço da “*UDC*”, a principal força política organizada então e contra o “*Paigc*” e por estes apodados de “*reaccionários e lacaios do imperialismo.*”

E tanto assim é que na página 169, capítulo 47, do romance em análise, verifica-se que o narrador fala da revolta que os apoiantes da independência, contra os nacionalistas ou contra-revolucionários, que para demonstrar o seu descontentamento organizam uma marcha rumo à Praça Nova, a fim de ser entregue na Rádio Barlavento uma mensagem de apoio à denúncia acabada de ouvir. Essa mensagem que dizia «*Não podemos permitir que meia dúzia de cachorros de dois pés faça esboroar todo o processo histórico que levou catorze anos a concretizar-se, pelo que concordamos sejam eliminados das lides políticas os indivíduos constantes da relação hoje apresentada no primeiro noticiário da Rádio Barlavento.*»

Note-se a real dimensão da invasão do real na ficção. Sabemos de testemunho histórico que a chamada “*Tomada da Rádio Barlavento*” se terá passado, em termos genéricos, com mais contos ou menos contos, burlescamente ou não; e na forma ou não, como o romance a descreve.

Que forças doutrinárias se confrontaram e dominaram o pensamento e actuação dos protagonistas nas movimentações havidas na época?

No tempo histórico que o romance «Entre duas Bandeiras» pretendeu retratar, alinharam-se e conflitaram-se em Cabo Verde três teses políticas relativas à independência de Cabo Verde que era a grande questão da época de transição e que dividia os cabo-verdianos:

1. A que defendia a independência imediata, no quadro da unidade Guiné – Cabo Verde e com o PAIGC como único condutor do processo.
2. Uma outra que pretendia a independência/autonomia, num quadro de alinhamento com o novo Portugal saído da revolução do 25 de Abril de 1974. Assim cabe a ideia da adjacência das ilhas.
3. E uma terceira que pura e simplesmente não queria independência alguma. Preferia que Cabo Verde se mantivesse sob dominação portuguesa.

CAPÍTULO III

O Romance Histórico – aspectos dominantes

O romance histórico procura a recriação histórica, que passa, entre outras coisas, pela criação de ambientes, obtida através de uma série de recursos:

- Evocação, o mais fiel possível, da linguagem da época e dos diferentes grupos sociais;
- Descrição pormenorizada do vestuário e da indumentária das personagens;
- Reconstituição de espaços (cidades, castelos e monumentos), com especial incidência nos aspectos arquitectónicos;
- Recriação de grandes movimentações das personagens (saraus, torneios, manifestações populares), procurando criar a ilusão de fidelidade ao tempo narrado;
- A presença de personagens referencia, ao lado de personagens ficcionais, frequentemente os heróis dos romances históricos, na medida em que proporcionam ao autor maior / total liberdade criativa.

A prossecução dessa fidelidade ao real histórico leva os escritores a socorrerem-se de fontes diversas: «documentos antigos», «velhos livros», «memórias», etc.

CAPÍTULO IV

A reconstrução dos diferentes conteúdos/imagens:

4.1. A recuperação do real pela ficção no universo romanesco: diferentes mecanismos/estratégias

Tornou-se entendimento assente de que o Realismo valoriza a observação como instrumento de conhecimento, o que leva a uma análise minuciosa dos costumes; e, ao mesmo tempo, esta análise constitui o suporte metodológico de uma análise crítica de intuíto reformista, num plano ideológico *anti-idealista e anti-romântico*. Privilegia uma visão materialista das coisas e dos fenómenos: com saliência para a realidade materialista muito verificável.

Um outro aspecto cultivado pelo Realismo é a selectividade, ou seja, é uma dificuldade que o escritor demonstra ao experimentar descrever a realidade de forma realmente

objectiva. Esta selectividade reflecte na escolha de certos temas dominantes e dos universos que o abarcam, como por exemplo: a vida familiar e os seus episódios domésticos e as suas cenas íntimas, a vida social com os seus rituais e os seus factos políticos, a vida cultural com as suas convenções e as suas modas; e neles confluem e explanem-se temas como a educação, o adultério, a corrupção, a usura, o arrivismo, o culto das aparências ou a degradação do sentimento amoroso.

As exigências de uma representação realista, incidindo nos temas acima referidos, favorecem a adopção de certas estratégias literárias. O romance e o conto são géneros literários mais adequados para explicitação dos temas realistas, visto que neles os movimentos narrativos se ajustam aos princípios doutrinários e as preferências do Realismo: a descrição constitui um crucial processo de representação do espaço (físico, social, cultural e psicológico) e das personagens, e é este mundo que o Realismo trata justamente de criticar.

A recuperação do «realismo e da verosimilhança» histórica encontra-se espelhada na narrativa de Teixeira de Sousa.

Desde logo o tempo em que decorre a acção transporta o leitor/testemunha e mesmo o leitor informado para a época que sucedeu ao eclodir do 25 de Abril de 1974 em Portugal, os seus reflexos no Arquipélago de Cabo Verde e o culminar do processo da independência em Julho de 1975. Igualmente toda a acção se constrói a partir de ingredientes realistas e verosímeis que acompanharam a revolução sentida e vivida pelos ilhéus, no caso da obra tudo se passou na até então pacata cidade portuária do Mindelo.

Os comícios aconteciam diariamente; as palavras de ordem gritadas nas ruas do burgo criavam alvoroço e desassossego nos seus habitantes. Tudo isto vinha num crescendo, á medida que se aproximava a data da independência; as perseguições também faziam parte do «folclore» por vezes doloroso da marcha para a independência; o protagonismo e o comando assumido pelos jovens; os excessos cometidos; enfim, como tudo isso

aconteceu “*de factum*” houve da parte do autor a preocupação de se “encostar” aproximando o conteúdo do seu romance, de um certo realismo histórico.

A comemoração do Dia do Trabalhador, em Maio de 1975 pormenorizadamente descrito no romance, constitui achega bastante, para se situar e referir o conteúdo histórico de que se compõe o romance, «Entre Duas Bandeiras»

Diga-se em jeito de conclusão do capítulo que o autor, Teixeira de Sousa, foi “beber” às fontes históricas da época, a configuração do enredo do seu livro. É isso que ele propõe ao leitor por um lado, e por outro, sem deixar de lhe propor também que leia e se deleite com o livro como ficção.

Organização romanesca

A abertura da narrativa é o Carnaval mindelense. O desfile dos blocos carnavalescos, interrompidos e enterrados com o «carnaval político», com os comícios, as palavras de ordem gritadas em megafones, os insultos e a perseguição àqueles que se julgavam estar contra a independência de Cabo Verde.

O interior da acção adquire um tom satírico que perpassa o romance através do seu veio mais brando que é o humor. Como disse mais acima, o enredo parece formatado dentro de vários *Carnavais*. O Carnaval de Fevereiro, festa rija dos mindelenses, com os seus desfiles, os bailes animados e os prémios aos blocos; o *Carnaval* político com os seus comícios a toda a hora, com mil e um pretextos para manifestações de rua e palavras de ordem gritadas em megafones para os ouvidos dos transeuntes; os insultos e as provocações constantes dos ditos *revolucionários*; a dicotomia entre os auto proclamados «*melhores filhos*» gerados pelo *PAIGC* (Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde) e os filhos ilustres da terra que a tudo assistiam, uns aterrorizados, outros atónitos, pois que eram *mimoseados* com a classificação de «*cachorro de dois pés*» entre outros epítetos e, finalmente, o *Carnaval* individual da personagem Gaudêncio Pereira, cuja maior aspiração em termos de vida social era

poder entrar como sócio no famoso *Grémio Recreativo de Mindelo*. Mas há outros *Carnavais* dentro da urdidura novelesca que sem serem secundários, gozarão de menos estatuto do que os acabados de apontar. Gostaria de destacar a célebre «*invasão e tomada da Rádio Barlavento*» com a justificação de que era uma rádio que transmitia “*demasiados comunicados da UDC*” (União Democrática cabo-verdiana) ao invés de só transmitir “*os comunicados do PAIGC*”, culminando a história (de novo a ambiguidade entre o real e a ficção) com a prisão e o embarque para a cadeia política do Tarrafal dos *membros da UDC*.

Relação carnaval/sátira/paródia

O autor do romance “Entre Duas Bandeiras,” pretende por meio da paródia, do cómico e da sátira quebrar a “seriedade” que o assunto exige através de uma carnavalização política e social.

Segundo Bakhtin, entende-se que «a carnavalização acaba com as hierarquias, com as diferenças de classe social, criando uma nova vida, livre de regras e restrições convencionais.»

Para Eli Flores «qualquer estudo também passa “carnavalização” da intriga histórica, procurando ver o “mundo histórico”, tão bem organizado e cristalizado em compartimentos estanques, de cabeça para baixo, elegendo fontes de pesquisa “desprezadas”, mas que podem promover uma visão mais abrangente dos acontecimentos sejam eles políticos, culturais, económicos ou sociais.» (FLORES, 1997,p.29)

As representações são (re) elaboradas e podem ser utilizadas de forma subversiva, carnavalesca, invertendo as proposições dos criadores, deixando a “*autoridade, política e intelectual (...) no limbo entre o ridículo e o cadafalso.*” (FLORES, 1997, p. 32).

Na obra a crítica feita à sociedade é expressa por meio de situações irónicas, nas quais podemos perceber os interesses materiais que dirigem os actos da personagem *Gaudêncio Pereira*.

A personagem social identificada em *Gaudêncio Pereira*, carrega nela a simbologia de uma classe social emergente, que pretendia, não substituir a antiga classe social nos privilégios, mas sim ombrear com essa mesma faixa da sociedade mindelense, dita da alta e que frequentava o Grémio.

Com efeito, em algumas passagens do discurso e das falas de *Gaudêncio Pereira*, a sua obsessão com a eventual admissão e entrada ou não no Grémio vai ocupar todo o seu modo de agir quer pela positiva, quer pela negativa, nos momentos de raiva contra os obstáculos que se lhe atravessam no caminho, em que inclui os adeptos do Paigc que querem acabar com o Grémio de Mindelo, a associação da elite local. Isso era, na perspectiva de *Gaudêncio Pereira*, um acto de insanidade total e que deitava por terra todos os seus sonhos e projectos acalentados à volta disso.

Que acontecesse a independência pouco lhe importava, desde que isso não o impedisse de ser sócio do Grémio.

Daí que o cómico do exagero e o caricato do comportamento desta personagem ganhem entendimento do leitor, na descrição irónica como o narrador nos deixa perceber o problema de *Gaudêncio Pereira*.

Não duvidamos que o acento carnavalesco, satírico repousa em larga escala no romance, na personagem central *Gaudêncio Pereira* na sua ideia/obsessão de ser sócio do Grémio e tornar-se, mais a mulher *Mirandolina* gran-finos da cidade. Mas igualmente, este retrato/caricatura abrange outra personagem, *Palapinha*, negociante de bordo que ainda sonha com o velho Porto Grande, juncado de barcos e de vida própria.

Atinge em menor escala, outras personagens e até os próprios manifestantes de rua com os exageros nos discursos políticos. Há também um cómico gestual e de situação vivida no romance, através dos participantes dos comícios, dos exageros dos seus discursos, do seu afã de “mostrar serviço” e de eles eram mais “independistas” do que os outros. Enfim, o cómico, a caricatura e a sátira espelham-se bem ao longo da acção do romance.

Considerações Finais:

Em termos de considerações finais, tentámos sintetizar alguns entendimentos obtidos com a leitura e a análise do romance de Teixeira de Sousa que nos interpelou também da seguinte forma: a narrativa «Entre Duas Bandeiras» poderá ser considerada um romance histórico?

Após a análise levada a cabo, através da leitura e das interpretações tentadas no romance, fica-se com uma forte impressão de que o autor terá tentado uma abordagem em moldes e em semelhança temática do romance histórico.

Tratou-se de facto, de uma aproximação, de uma tentativa de romance histórico, diria que a melhor conseguida até agora, na Literatura cabo-verdiana.

Com efeito, Teixeira de Sousa conseguiu reunir nesta obra quase todos os ingredientes que organizam a ficção histórica. Aproveitando a concepção defendida por Maria Teresa Freitas que afirma que: *«no romance histórico, o narrador serve-se de património cultural preexistente, hipoteticamente comum a ele e aos leitores, não podendo, portanto, violentá-lo, ao bel-prazer. Regra geral correcta, essa informação peca por relativismo, ao reduzir a necessidade de respeito ao património historiográfico dominante e não à essencialidade do facto.»*

Na realidade, o autor socorreu-se do “*património histórico preexistente*” mas transfigurou com a escrita ficcionista o mesmo património histórico, ao colocar lado a lado o desenrolar dos eventos que constituem “cena histórica” outros eventos como a festa do Carnaval e o drama individual obsidiante e quase levado às últimas consequências da personagem *Gaudêncio Pereira*. Dando a estes últimos por vezes, maior estatuto no enredo.

A urdidura do romance parece ter sido tecida por vários “*Carnavais*.” O real e festivo que caracteriza a cidade de Mindelo; o político prefigurado nos imparáveis comícios políticos e por último, mas não de menos importância, o “*carnaval*” resultante da comédia individual de *Gaudêncio Pereira*.

Seguindo a mesma linha, isto é, procurando pistas da História na ficção de Teixeira de Sousa, e um pouco na definição dada por Carlos Reis, já aqui citado, a que ele complementa com a definição de Halsall, remete-nos para o seguinte: «*um romance histórico é um género narrativo que afirma a coexistência, num mesmo universo diegético, de eventos e de personagens históricas e de eventos de personagens inventadas*» (Halsall, 1988:271). *Impõe-se saber, entretanto, como funciona essa coexistência; e neste aspecto certas categorias da **semântica ficcional** (v. **ficcionalidade**) revelam-se decisivas. Assim, diremos que o **romance histórico** é um tipo de narrativa ficcional em que, de maneira evidente, se manifestam as chamadas **modalidades mistas de existências** (cf. Woods, 1974; 41-42); o que significa que personalidades, eventos e espaços que conhecemos ou podemos conhecer como **histórico** (D. Afonso Henriques, o Convento de Mafra ou a batalha de Waterloo) coexistem com personagens, eventos e espaços ficcionais*» (Fim da transcrição).

Ora bem, tornou-se por demais evidente, com a leitura da obra escolhida para este trabalho, que quase toda a sua urdidura romanesca se encaixou em eventos históricos e tem nestes o suporte maior das suas “estórias.”

Na realidade, a acção ficcionada tem atrás de si, um registo documental histórico, que a imprensa da época deu conta e noticiou para a posteridade, o que nos leva a considerar «Entre Duas Bandeiras» um género narrativo muito próximo do romance histórico.

Concluimos que houve de facto o envolvimento da História na ficção e da ficção na História, numa simbiose muito bem conseguida pelo autor.

Para finalizar ousamos afirmar que se «Entre Duas Bandeiras», não é um romance histórico na verdadeira e total acepção do conceito, é, com certeza a obra literária caboverdiana que mais se aproxima (entre as obras até hoje produzidas na Literatura nacional) da fronteira daquilo que se considera como romance histórico.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMADA, C. José Luís Hopffer. O Ano Mágico de 2006 – Olhares Retrospectivos sobre a História e a Cultura Cabo-verdianas. Editora: Instituto da Biblioteca e do Livro.

BARTHES, Roland, et al. Littérature et Réalité. Seuil, Paris, 1982.

CANDIDO, António Literatura e Sociedade. 4 Ed. São Paulo : Editora Nacional, 1975.

DE SOUSA, Henrique Teixeira. Entre Duas Bandeiras, Edição nº 103352/6027, Publicações Europa – América

ÉVORA, Roselma. Cabo Verde: A Abertura Política e a Transição para a Democracia de África

FERREIA, Isabel Lopes, Transições Políticas em África: Mal-Estar no Jornalismo Cabo-verdiano – Prestações de Contas ao Governo

GENETTE, Gérard. Discurso da Narrativa. Lisboa, Edição nº728. Lisboa (1996).

GENETTE, Gérard. Palimpsestes, La Littérature au Seconde Degré. Paris, Editions du Seuil, 1982.

Jornais nacionais publicados entre Abril de 1974 a Julho de 1975. (Arquivo Histórico)

“... de garantir a sobrevivência da nação como uma pátria... “. *Momento Político Nacional.*” In: O Arquipélago. Nº 611. Ano XII.

“...traz um comunicado do governo da província, ...”. *Comunicado Do Governo Da Província.* In: O Arquipélago. Nº 612. Ano XII. a

“... noticiava as desculpas aos presos políticos que se encontravam detidos no Tarrafal...”. *Amnistiados Pela Junta De Salvação Nacional Ontem Posto Em Liberdade Os Presos Políticos.* In: O Arquipélago. Nº 612. Ano XII. b

“Viva a liberdade”, “Viva o general Spínola”, 2Viva Portugal”... . Comemorações do 1º de Maio In: Suplemento. Nº 3 de 09 de Maio de 1974.

JORNAL O Progresso

JORNAL Alerta

LOPES, José Vicente. Os Bastidores da Independência. Spleen edições, 2ª ed.

OLIVEIRA, João Nobre. História da Imprensa Cabo-verdiana 1820 – 1975.

REIS, Carlos e Ana Cristina M. Lopes. Dicionário de Narratologia. 7ª Livraria Almedina-Coimbra.

SEMEDO, Brito Manuel. Caboverdianamente Ensaando, vol. II. Ilhéu Editora

Www : <URL : [http://www.infopedia.pt/\\$romance-historico](http://www.infopedia.pt/$romance-historico)>-ACEDIDO EM 10 DE ABRIL 2009

WWW.EDITORIAL.CAMINHO.PT

ANEXOS